



## Reforma da Previdência pode ser votada em 60 dias, diz Davi

Texto aprovado pelos deputados na quarta-feira foi entregue ontem pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia, ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Tasso Jereissati foi confirmado relator da proposta, que vai para a Comissão de Constituição e Justiça

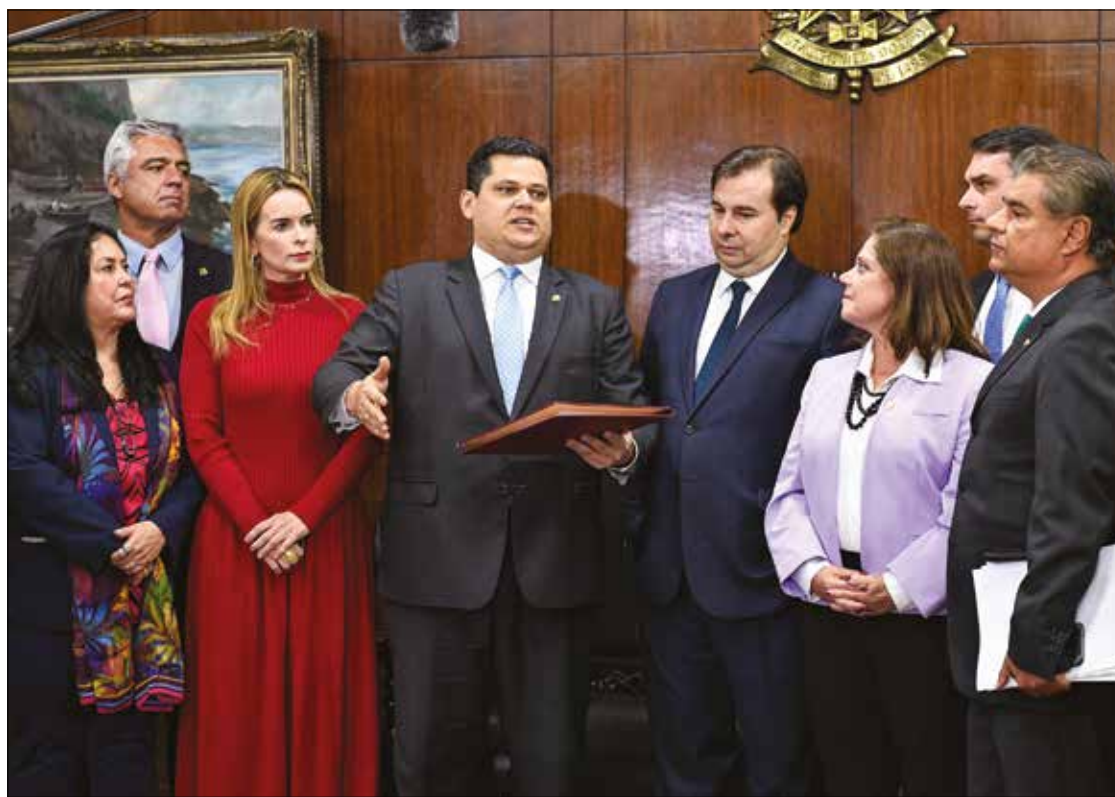
**A**pós receber a reforma da Previdência, Davi Alcolumbre disse que o Senado pode concluir a análise do texto em 60 dias. Ele defendeu uma aprovação rápida para que o governo possa equilibrar as contas públicas.

Os senadores devem discutir a inclusão de estados e municípios nas novas regras previdenciárias em outra PEC. A intenção é evitar que a proposta atual retorne para a Câmara, atrasando sua promulgação.

O texto segue agora para

a Comissão de Constituição e Justiça. A presidente do colegiado, Simone Tebet, afirmou que fará audiências públicas sobre o tema a partir da segunda quinzena deste mês. E o relator, Tasso Jereissati, disse que deve entregar seu parecer em 30 dias.

A oposição, no entanto, anunciou que pretende fazer alterações no texto da Câmara. Entre os pontos a serem alterados, está o valor da pensão por morte, que ficou abaixo de um salário mínimo. **3**



Rose de Freitas, Major Olimpio, Daniella Ribeiro, Davi, Maia Flávio Bolsonaro e Nelsinho Trad em cerimônia de entrega

### LDO é aprovada na Comissão Mista de Orçamento

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020 foi aprovado ontem na Comissão Mista de Orçamento.

O relatório do deputado Cacá Leão manteve a proposta do governo de reajuste do salário mínimo

para R\$ 1.040 no ano que vem, sem ganhos reais.

A LDO segue para análise do Plenário do Congresso. **3**



Presidente da comissão, o senador Marcelo Castro (2º à esq.) conduz a reunião para votação do projeto da LDO

### Debatedores criticam texto que amplia municípios no semiárido

Representantes de instituições ambientais e de pesquisa criticaram ontem, em audiência na Comissão de

Meio Ambiente, projeto que pretende ampliar os limites do semiárido para incluir 1.504 novos municípios. **4**



Para Wagner (C), falta de políticas públicas é causa da tentativa de aumento

### Para especialistas, pacote anticrime é ineficaz

Aumento do encarceramento de negros e pobres e fragilização dos direitos e garantias individuais do cidadão. Essas são algumas das consequências da possível aprovação do pacote anticrime apontadas ontem em debate

na Comissão de Constituição e Justiça por especialistas em direito. Segundo os debatedores, as medidas podem ser ineficazes no principal objetivo do pacote apresentado pelo Ministério da Justiça, o combate à violência. **4**

### Sindicatos condenam proposta de privatização dos Correios

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, representantes sindicais criticaram ontem a proposta de

privatização dos Correios. Os defensores da privatização argumentaram que faltam recursos para investimentos. **2**



Paulo Paim (C) comanda a audiência na Comissão de Direitos Humanos

**Romênia, Malásia e Cingapura devem ter novos embaixadores **2****

**Vai a Câmara MP sobre Programa de Parcerias de Investimentos **2****

**Avançam textos que criam punições a agressor de mulheres **4****

# Trabalhadores criticam privatização dos Correios

Em debate na Comissão de Direitos Humanos, representantes sindicais disseram que a venda da empresa pode aumentar custos. Os defensores alegam que faltam recursos para investimentos

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES criticaram ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH) a intenção de privatizar os Correios. Já os defensores da privatização apontaram a falta de recursos orçamentários, que poderá comprometer a prestação futura de serviços públicos à população.

O presidente da Federação Interstadual dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Correios (Findect), José Aparecido Gandara, cobrou investimentos e afirmou que “não tem lógica falar em privatização dos Correios”. Ele disse ainda que a situação “deficitária” dos Correios não condiz com a realidade.

— A privatização esconde

interesse de exploradores do povo brasileiro. Temos 50 mil carteiros para atender todo o Brasil, que trabalham de forma sobrecarregada — afirmou.

Secretário-geral da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect), José Rivaldo da Silva disse que a privatização vai aumentar os custos e diminuir o serviço de entrega em todo o país.

A senadora Zenaide Maia (Pros-RN) também criticou a possibilidade de privatização.

— O governo precisa gerar emprego e renda. Não é tirando direito dos trabalhadores e vendendo patrimônio do povo brasileiro, a preço de banana em final de feira, que

vai resolver — disse.

Assessor especial da Previdência dos Correios, Aurelio Maduro de Abreu disse que a disponibilidade de investimento da empresa é bastante reduzida e precisa crescer, dada as inovações tecnológicas e mudanças de mercado.

O diretor da Secretaria de Desestatização do Ministério da Economia, Henrique Dolabella, ressaltou que “está sobrando pouco” para a provisão de bens e serviços públicos essenciais, como saúde, educação e segurança. Nesse sentido, disse, as desestatizações são fundamentais para que o governo possa alocar recursos públicos nos setores em que o Estado não pode ser substituído.

## Estatuto da Segurança Privada será votado em setembro

A proibição à participação de bancos nacionais e estrangeiros no capital das empresas de transporte de valores é o ponto mais polêmico do projeto que cria o Estatuto da Segurança Privada e das Instituições Financeiras porque diz respeito

à atividade concorrencial e é um “jabuti” na atualização da lei da segurança privada. Mas o problema será resolvido e a proposta votada em setembro. Esse foi o encaminhamento dado pelo relator do projeto do estatuto, senador Randolfe

Rodrigues (Rede-AP), em audiência na Comissão de Fiscalização e Controle (CTFC).

O presidente da CTFC, Rodrigo Cunha (PSDB-AL), prometeu pautar o projeto assim que receber o relatório de Randolfe.

### Para Plínio Valério, mudanças atingem direitos adquiridos

Apesar de expressar apoio à reforma da Previdência, Plínio Valério (PSDB-AM) disse ontem que está preocupado.



Jefferson Rudy/Agência Senado

— O texto atinge direitos adquiridos com dispositivos que consideram nulas aposentadorias de servidores públicos civis com base no arcabouço legislativo vigente até a Emenda à Constituição 20/1998, porque isso fará com que milhares de aposentados tenham de voltar ao trabalho ou recolher altos valores.

### Sociedade brasileira precisa ser ouvida, defende Eduardo Girão

Eduardo Girão (Podemos-CE) disse ontem que é favorável à reforma e que ela



Jefferson Rudy/Agência Senado

pode ser aperfeiçoada. Ele explicou que os senadores não precisam aprovar o texto como veio da Câmara e rejeitou a possibilidade de o Senado apenas “carimbar” as decisões dos deputados.

— A responsabilidade não é só do governo ou da Câmara, mas também do Senado, que não pode se eximir de ouvir a sociedade.

### População carente vai sofrer com alterações, afirma Jorge Kajuru

O senador Jorge Kajuru (PSB-GO) disse ontem em Plenário que a população mais carente vai ser sacrificada com a reforma da Previdência.



Jefferson Rudy/Agência Senado

— O sacrifício tem de ser distribuído entre todos, e não só à camada mais carente, poupando e blindando os canalhas e devedores deste país. Não temos o direito de permitir privilégios neste momento da nossa história — alertou Kajuru.

## Rodrigues diz que Previdência dará alívio às contas e atrairá novos investimentos

Uma das pautas mais importantes que tramitam no Legislativo no momento é a reforma da Previdência (PEC 6/2019). A proposta



Jefferson Rudy/Agência Senado

do deputado e parabenizou a articulação política, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, além do presidente da República, Jair Bolsonaro.

— Faremos o nosso trabalho, sempre amparados no maior interesse público e no reconhecido patriotismo desta Casa, fechando com chave de ouro esta reforma, que aliviará as contas públicas.

## Senado irá analisar item a item da reforma previdenciária, aponta Rodrigo Pacheco

O Senado não será um mero “carimbador” da reforma da Previdência, os parlamentares irão se debruçar a respeito do mérito de cada item para que o texto esteja adequado ao que se pretende para o país, declarou ontem Rodrigo Pacheco (DEM-MG).



Jefferson Rudy/Agência Senado

— Ainda que a conclusão, ao final desse processo, seja de que a Câmara foi irretocá-

vel, nós não podemos nos omitir do dever de apreciar cada um dos pontos tratados na reforma — afirmou o senador.

Pacheco destacou ainda que a reforma será “custosa ao povo” e, por isso, o Congresso Nacional precisa trabalhar em cima das reformas política e tributária, para retribuir esse sacrifício à sociedade.

### RÁPIDAS

#### INDICAÇÕES PARA TRÊS EMBAIXADAS VÃO A PLENÁRIO

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) sabatinou e aprovou ontem três indicados para embaixadas. Maria Laura da Rocha vai chefiar a embaixada do Brasil na Romênia. A embaixada em Cingapura terá como chefe Eugenia Barthelmess. Ary Norton de Murat Quintella será o embaixador na Malásia. Os nomes vão a Plenário.

#### APROVADO RELATÓRIO DA MP DAS PRIVATIZAÇÕES

A comissão especial da MP 882/2019, que amplia a atuação do BNDES na desestatização e fortalece o Programa de Parcerias de Investimento (PPI), aprovou o relatório de Wellington Fagundes (PL-MT), sem a repartição de recursos de concessões com estados e municípios. A MP será votada agora no Plenário da Câmara.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



**PLENÁRIO** Sessão não deliberativa  
9h Sessão destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa.

**CDH** A Previdência e os indígenas  
14h Debate sobre Previdência e Trabalho, com foco na população indígena.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

#### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Davi Alcolumbre  
**Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia  
**Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins  
**Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão  
**Segundo-secretário:** Eduardo Gomes  
**Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro  
**Quarto-secretário:** Luis Carlos Heinze  
**Suplentes de secretário:** Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvío Burlé  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

**Diagramação:** Claudio Portella, Luiz Henrique Machado e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Senado analisa novas regras para Previdência

Para presidente Davi Alcolumbre, que recebeu das mãos de Rodrigo Maia texto aprovado pelos deputados, reforma é vital para governo equilibrar contas e gerar empregos



O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, recebeu ontem a proposta de reforma da Previdência Social (PEC 6/2019) das mãos do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia. Tasso Jereissati (PSDB-CE) foi confirmado como relator da proposta, que vai para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A reforma foi aprovada pela Câmara em segundo turno na quarta-feira. Caso seja aprovada sem modificações no Senado, estará pronta para ser promulgada como emenda constitucional.

Davi disse que a Câmara fez a sua parte com “altivez” e que agora cabe ao Senado concluir a missão. O presidente avalia que a reforma da Previdência abrirá caminho para a tributária e o pacto federativo.

— Não é possível termos um orçamento capturado pelo custeio do Estado, sem a mínima condição para investir em educação, saúde, segurança.

O presidente do Senado defendeu a reforma como alternativa para o governo aumentar a arrecadação, equilibrar as contas e oferecer o ambiente com tranquilidade jurídica para atrair mais investimentos, aquecer a economia



Simone Tebet, Davi Alcolumbre e Tasso Jereissati em entrevista sobre a PEC

e gerar empregos.

— Esta reforma, sem dúvida, é uma das mais importantes, porque sem ela nós nem teríamos condições de iniciar outras reformas. Eu não tenho dúvida de que este Parlamento será o mais reformista das últimas décadas — enfatizou.

O Senado deve retomar a inclusão de servidores públicos estaduais e municipais nas novas regras previdenciárias, medida que constava da primeira versão, mas acabou sendo retirada pelos deputados.

Para evitar que essa alteração force o retorno da proposta para a Câmara, atrasando a promulgação, a ideia dos senadores é tratar do assunto em uma segunda PEC — a chamada “PEC paralela”. Dessa forma, o texto atual já poderia

ter sua tramitação concluída no Senado.

A relatoria da PEC 6/2019 na CCJ ficará com Tasso Jereissati. Ele também é relator da comissão especial de acompanhamento da reforma, em funcionamento no Senado desde abril.

## Antecipação

Tasso adiantou que pretende apresentar o seu relatório antes do prazo regimental de 30 dias. Ele encorajou os senadores a apresentarem contribuições de toda natureza, mas observou que o tema exige celeridade porque a Previdência vive uma “escalada deficitária” que ameaça levar o país à “falência financeira”.

O senador também classificou como “primoroso” o

## Todos serão ouvidos durante o debate, garante Davi Alcolumbre

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou que a reforma da Previdência não será analisada de maneira afobada. Segundo ele, os prazos regimentais serão seguidos. Davi destacou o simbolismo da entrega em mãos feita pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

— É um gesto histórico para o Brasil. É o Parlamento participando ativamente das decisões.

O presidente informou que os senadores organizarão um calendário para permitir a votação da reforma entre 45 e 60 dias e, ao mesmo tempo, garantir que todos os parlamentares, favoráveis e contrários à proposta, tenham a oportunidade de se manifestar durante o debate.

— Essa discussão não é de uma bancada, é uma discussão do Parlamento.

trabalho dos deputados e salientou que o texto enviado pela Câmara já é “o melhor possível”. Tasso disse que estudou experiências internacionais de reformas.

— Em nenhum lugar do mundo essa é uma discussão fácil. Na maioria dos países, as discordâncias saíram do âmbito parlamentar e foram para as ruas. Aqui, conseguimos fazer isso de maneira inteiramente pacífica. É quase miraculoso o que a Câmara conseguiu.

A presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS), apontou Tasso Jereissati como o mais indicado para a tarefa e também falou positivamente do

trabalho da Câmara. Para ela, os deputados corrigiram problemas graves do texto original proposto pelo Executivo e deram passos importantes.

— A reforma federal era profana, mexia com direitos básicos. A Câmara teve a sensibilidade de alterá-la. Portanto, já chega mais justa e pronta para ser debatida nesta Casa.

Depois de passar pela CCJ, a PEC irá para o Plenário, onde passará por cinco sessões de discussão antes da primeira votação. São necessários 49 votos favoráveis para aprová-la. Depois de mais três sessões de debates, será submetida a um segundo turno de votação.

## Votação pode ser concluída em 60 dias, afirma Simone Tebet

A presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senadora Simone Tebet (MDB-MS), afirmou que vai promover audiências públicas para subsidiar a análise da reforma da Previdência. Simone disse que o Senado tem condições de concluir a votação da PEC em 60 dias.

Para a senadora, o tempo é suficiente para que os senadores debatam a proposta, proponham alterações, ouçam a sociedade e votem. Na CCJ, a tramitação da PEC deve durar entre 22 e 30 dias, nos cálculos da presidente do colegiado.

Ela afirmou ainda que há a possibilidade de os senadores

votarem o texto aprovado pela Câmara dos Deputados sem alterações, ficando possíveis mudanças ou acréscimos para uma reforma paralela, a fim de não atrasar a promulgação da reforma principal.

A senadora acrescentou que, na quarta-feira, a comissão vai votar os requerimentos a serem apresentados pelos senadores para realização das audiências na semana seguinte.

O relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), mostrou estar em sintonia com a presidente da CCJ. Ambos acreditam que o relatório sobre a proposta deve estar pronto antes do final de agosto.

## Oposição quer discutir e aperfeiçoar proposta

Apesar da expectativa da base governista de que a tramitação da reforma da Previdência não se prolongue no Senado, a oposição afirma que pretende trabalhar para que o texto final seja “o melhor possível” para a população.



Eliziane Gama diz que Senado pode revisar valor da pensão por morte

A senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) concordou que o texto aprovado pelos deputados é melhor do que o original apresentado pelo governo, mas destacou que ainda há pontos a serem melhorados, como as pensões

abaixo de um salário mínimo, a constitucionalização do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a nova regra para acesso do abono salarial.

O senador Rogério Carvalho (PT-SE) confirmou a intenção da oposição de discutir e alterar a proposta da reforma. Para ele, o Senado não pode abrir mão de discutir um tema tão relevante e que atinge tão fortemente a população.

— Esse debate o Senado precisa fazer. Será que aqui também vamos ter o que teve na Câmara, a distribuição de recursos por emendas para garantir aprovação célere ou a não discussão da reforma? No que depender da oposição, vamos discutir o texto.

## Comissão de Orçamento aprova LDO com mínimo de R\$ 1.040

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020. O relator, deputado Cacá Leão (PP-BA), apresentou a terceira complementação de voto, acatando 33 dos 100 destaques. Para o salário mínimo, ele manteve a pro-

posta do Executivo, de reajuste para R\$ 1.040 em 2020, sem ganhos reais. Em relação ao valor atual (R\$ 998), o aumento nominal será de 4,2%.

Houve acordo para a aprovação do projeto da LDO (PLN 5/2019). Mas o deputado Bohn Gass (PT-RS) cobrou uma resposta sobre os bloqueios de

recursos para a educação. O líder do governo na CMO, deputado Claudio Cajado (PP-BA), afirmou que o tema será discutido na terça-feira.

A meta fiscal deste ano é um déficit de R\$ 139 bilhões. Desde 2014, as contas do governo federal estão no vermelho, e o texto prevê que essa

situação perdure até 2022.

A CMO também aprovou um projeto de lei que prevê crédito de R\$ 89,66 milhões para diferentes ramos do Judiciário (PLN 8/2019).

A proposta segue para análise em sessão do Congresso Nacional.

Com Agência Câmara

# Pacote anticrime pode aumentar encarceramento, aponta debate

Maioria dos participantes de audiência na CCJ disseram que as medidas em análise no Congresso são ineficazes para combater a violência

PRINCIPAL APOSTA DO governo federal para combater a criminalidade, o pacote anticrime proposto pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, está longe de obter consenso entre especialistas em direito. Em audiência ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a maior parte dos juristas e representantes de organizações da sociedade civil apontaram que as propostas são ineficazes no combate à violência e poderão fragilizar direitos e garantias individuais do cidadão, além de aprofundar o encarceramento em massa no país.

— Tudo isso [o pacote anticrime] atende a uma lógica há muito superada de que seria preciso aumentar o rigor penal e o poder punitivo para se enfrentar a segurança pública e superar, ou reduzir pelo menos, a criminalidade violenta. Essa é uma fórmula fracassada desde sempre. O projeto vai resultar numa elevação ainda maior na escalada do superencarceramento — afirmou o representante do Instituto dos

Advogados Brasileiros (IAB), Marcio Gaspar Barandier.

O gerente de Advocacy (defesa de causas e direitos) do Instituto Sou da Paz, Felipe Angeli, criticou, por exemplo, a mudança na chamada excludente de ilicitude, já prevista no Código Penal, para reduzir a punição de policiais que matam suspeitos no exercício da profissão. Pela proposta, o juiz poderá reduzir a pena até a metade ou deixar de aplicá-la se o excesso decorrer de “escusável medo, surpresa ou violenta emoção”.

A advogada Deise Benedito, ex-membro do Mecanismo Nacional de Combate à Tortura, criticou a proposta de incluir mais pessoas dentro de um banco de perfis genéticos. Segundo o projeto, o banco genético deverá reunir informações do DNA de todos os condenados em primeira instância por crimes dolosos (quando há a intenção), ou mesmo aqueles que não foram julgados. Para Deise, a medida não tem eficácia, fere o princípio da presunção de inocência e vai ampliar a perseguição

contra jovens negros e pobres.

— A proposta tem caráter obrigatório, intimidador, punitivista e eugenista, totalmente em desacordo com os princípios constitucionais.

Em contrapartida, o presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Judiciária, Rafael Sampaio, disse que o pacote atende a um clamor popular e pode ajudar a combater os problemas de segurança.

— É imperioso recrudescermos o combate aos crimes de feminicídio, de racismo.



Representante do Instituto dos Advogados Brasileiros, Barandier fala em debate dirigido por Paulo Rocha (3º à esq.)

## Especialistas criticam ampliação de municípios no semiárido

Em audiência pública ontem na Comissão de Meio Ambiente (CMA), representantes de instituições ambientais e de pesquisa se mostraram contrários ao projeto que pretende ampliar os limites do semiárido para incluir mais municípios.

Segundo o representante da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Ademir Vilaça, a última delimitação do semiárido foi feita em 2017 e ficou definido que se incluiriam no clima os municípios onde há precipitação máxima de 800 milímetros por ano, totalizando

1.189 municípios.

O PLC 78/2017 inclui municípios que tenham até 1.100 milímetros de precipitação por ano e todos os municípios do Espírito Santo, no total de 1.504 municípios. A autora, deputada Gorete Pereira (PL-CE), justificou que os municípios incluídos teriam amenizados os prejuízos econômicos causados pelas secas, pois receberiam repasses do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Para o pesquisador Paulo Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe),

não seria necessário ampliar o semiárido para que esses municípios recebam recursos, já que, com a energia renovável, essa região pode se tornar rica pelos recursos solares e eólicos. O pesquisador Iêdo Bezerra Sá, da Embrapa Semiárido, afirmou ser temerário, do ponto de vista científico, definir como semiárido um município com precipitação de 1.100 milímetros por ano.

Presidindo a audiência, o senador Jaques Wagner (PT-BA) classificou como “surreal” que haja quase uma briga para que as pessoas recebam o título de

“meu município está no semiárido”. Para ele, isso se dá pela falta de políticas públicas e pela guerra fiscal entre as regiões.

— A motivação não é uma motivação que esteja lastreada num reconhecimento de uma situação de fato. É a tentativa de acesso a um fundo — afirmou.

Jayme Campos (DEM-MT) disse que a decisão deve ser política e não científica.

— Na verdade, eles estão tentando aumentar a possibilidade de que os R\$ 27 bilhões disponibilizados para o semiárido sejam destinados a mais municípios — disse o senador.

## Comissão aprova novas punições para agressores de mulheres

Na semana em que se comemoram os 13 anos da Lei Maria da Penha, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem quatro projetos que aumentam as punições para agressores de mulheres.

O PL 1.950/2019, de Romário (Podemos-RJ), impede a nomeação de agressor em cargo público. A relatora foi Leila Barros (PSB-DF). O PL 1.380/2019, da Câmara, prevê o pagamento de indenização por danos morais a agredidas. O relatório de Mailza Gomes (PP-AC) determina que o juiz fixará o valor da indenização. O PL 1.822/2019, de Fabiano

Contarato (Rede-ES), torna obrigatório o sigilo de Justiça para processos sobre violência doméstica e familiar contra a mulher. O relator foi Flávio Arns (Rede-PR). Os três projetos seguem para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A CDH também aprovou o substitutivo da Câmara ao PLS 9/2016, que obriga agressor de mulher a frequentar centro de reabilitação. Relatado por Arolde de Oliveira (PSD-RJ), o texto já tinha sido aprovado pelo Senado, mas como a Câmara fez mudanças, o conteúdo retornou para análise na CDH e agora volta ao Plenário.

Ao todo, a CDH aprovou ontem 18 propostas, como o substitutivo de Arns ao PLS 90/2015, de Humberto Costa (PT-PE), que amplia poderes de delegados para determinar medidas protetivas relacionadas a idosos e crianças. Já a sugestão apresentada pelo cidadão Marcos Almeida, de Pernambuco, veda a concessão de benefícios a quem tenha exercido mandato eletivo. A SUG 23/2018 será transformada em PEC, que começará a tramitar na CCJ. O relator foi Eduardo Girão (Podemos-CE).

De Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) e relatado por Arns,

o PL 1.726/2019 autoriza o abatimento como despesa médica no Imposto de Renda de gasto com educação de pessoa com deficiência ou com doença rara.

Foram aprovados ainda substitutivo de Girão ao PL 1.354/2019, que assegura prioridade no atendimento judicial e administrativo a autistas, e o PLS 335/2018, de Romário, que garante avaliação individual e por equipe multiprofissional quem ingressar por concurso no serviço público em vaga de reserva para pessoas com deficiência. O texto foi relatado por Arolde.

## Paulo Rocha lembra evento nacional de saúde

Paulo Rocha (PT-PA) registrou ontem a 16ª Conferência Nacional de Saúde, ocorrida entre os dias 4 e 7 de agosto, em Brasília. O objetivo do evento foi propor melhorias ao Sistema Único de Saúde (SUS), que, segundo o senador, é um dos maiores e mais efetivos sistemas de saúde do mundo.

— O problema do SUS é que precisa de mais orçamento para poder levar a saúde pública para todos, principalmente para as nossas regiões mais distantes. Então, o problema do SUS não é o seu funcionamento e a sua eficiência. Para dar eficiência a ele é preciso mais orçamento — disse Paulo Rocha.

## Jean Paul: governo corta no social por causa de emendas

Jean Paul Prates (PT-RN) acusou ontem Jair Bolsonaro de utilizar a verba da educação, que foi contingenciada, para comprar, por meio de emendas, votos a favor da reforma da Previdência.

A crítica, explicou, é baseada no projeto de lei do Congresso para abrir crédito de R\$ 3 bilhões no Orçamento em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, enviado ontem pelo governo

— Ao mesmo tempo em que corta no social, na educação, o governo amplia o Orçamento para honrar as emendas parlamentares.

## Jorginho celebra aprovação sobre universidades

Jorginho Mello (PL-SC) comemorou ontem a aprovação do PL 3.509/2019, de sua autoria, que inclui as universidades comunitárias entre as entidades que podem fazer indicações no processo de escolha dos membros da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação.

De acordo com ele, a medida concede denominação jurídica a essas instituições permitindo subvenções e até mesmo o recebimento de recursos por meio de emendas parlamentares.